

No. 36681

**Brazil
and
Colombia**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Colombia on animal health for the exchange of animals and animal products. Bogotá, 9 February 1988

Entry into force: *28 January 1997 by notification, in accordance with article VIII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 15 June 2000*

**Brésil
et
Colombie**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Colombie relatif à la sécurité zoosanitaire pour les échanges commerciaux d'animaux et de produits d'origine animale. Bogotá, 9 février 1988

Entrée en vigueur : *28 janvier 1997 par notification, conformément à l'article VIII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 15 juin 2000*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA SOBRE SANIDADE ANIMAL PARA O INTERCÂMBIO DE
ANIMAIS E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Considerando o estabelecido no item 2 do Artigo II, e no Artigo III do Convênio Interamericano de Sanidade Animal, assinado no Rio de Janeiro em 18 de julho de 1967,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As autoridades de saúde animal de ambos os países estabelecerão um Protocolo por meio do qual serão fixadas as condições sanitário-veterinárias para a importação e exportação de animais vivos e de produtos de origem animal, originários e procedentes do território de uma das Partes Contratantes e destinados ao território da outra Parte.

ARTIGO II

As Partes Contratantes se comprometem a oferecer as garantias e cumprir os requisitos zoossanitários estabelecidos pelas autoridades centrais de sanidade animal de cada país, para a importação de animais e produtos de origem animal de acordo com as condições estipuladas no Protocolo ouve for acordado.

ARTIGO III

1. Os serviços de sanidade animal de ambos os países intercambiarão mensalmente boletins zoossanitários com dados estatísticos sobre as doenças infecto-contagiosas e parasitárias dos animais, registradas nas listas A e B do Escritório Internacional de Epizootias - OIE.

2. Comprometem-se também a comunicar imediatamente, por via telegráfica ou similar, a aparição eventual, nas áreas de exportação, de qualquer foco de uma nova enfermidade registrada na lista A, detalhando com exatidão a localização geográfica, os dados epizootiológicos ou de difusão, como também as medidas adotadas para sua erradicação ou controle, incluindo as medidas referentes à exportação.

ARTIGO IV

A Parte brasileira designa como entidade executora do presente Acordo o Ministério da Agricultura, por intermédio da Secretaria de Defesa Sanitária Animal e da Secretaria de Inspeção de Produto Animal, e a Parte colombiana designa, com a mesma finalidade, o Ministério da Agricultura, por intermédio da Diretoria Nacional de Pecuária e da Diretoria de Sanidade Animal do Instituto Colombiano Agro-Pecuário.

ARTIGO V

As autoridades centrais de sanidade animal das duas Partes Contratantes se entenderão diretamente sobre os assuntos relacionados com a execução do presente Acordo e com a eventual modificação do Protocolo mencionado no Artigo 1, acima.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes se comprometem a suspender imediatamente as exportações de animais e seus produtos derivados, no caso de identificação de uma nova enfermidade no território do país exportador que possa estender-se ao país importador, restringindo-se tal suspensão às espécies animais e seus produtos derivados que possam veicular a enfermidade considerada.

ARTIGO VII

Para facilitar a aplicação do presente Acordo, criar-se-á uma Comissão Mista formada por um representante de cada uma das entidades executoras indicadas no Artigo IV, nomeados pelos respectivos Ministérios da Agricultura, a qual terá as seguintes funções:

- a) acompanhar o desenvolvimento e a aplicação do presente Acordo e propor aos respectivos Governos as medidas que devam ser tomadas para obter maior eficácia das disposições do mesmo;
- b) apresentar, para a aprovação de ambos os Governos, as proposições de modificação relativas ao presente Acordo;
- c) procurar soluções às situações de tipo legal que surgirem na interpretação do presente Acordo;
- d) submeter aos Governos respectivos as propostas de cooperação sobre temas relacionados com o presente Acordo, resultantes de critérios emanados de organismos internacionais reconhecidos como competentes pelos Governos de ambos os países.

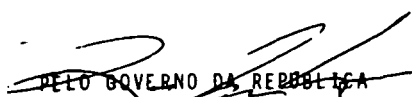

ARTIGO VIII

1. Cada Parte Contratante notificará a outra sobre o cumprimento das respectivas formalidades legais internas para a entrada em vigor do presente Acordo, o qual passará a ter validade após o recebimento da segunda notificação.

2. O presente Acordo terá uma duração de 5 (cinco) anos, prorrogáveis sucessivamente por iguais períodos, a menos que uma das Partes Contratantes comunique a outra, por escrito e por via diplomática, com uma antecedência de 6 (seis) meses, sua intenção de dá-lo por terminado.

3. O término do presente Acordo não prejudicará os programas e projetos em execução e que tiverem sido acordados durante o período de vigência, a menos que as Partes Contratantes convenham o contrário.

Feito em Bogotá, aos 09 dias do mês de fevereiro de 1988, em dois exemplares em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

	
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLOMBIA:
Roberto de Abreu Sodré	Juilo Londono Paredes

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DE COLOMBIA SOBRE SANIDAD ANIMAL
PARA INTERCAMBIO DE ANIMALES Y PRODUCTOS DE
ORIGEN ANIMAL.

El Gobierno de la República Federativa del Brasil
Y

El Gobierno de la República de Colombia, (En adelante denominados
"Partes Contratantes").

Considerando lo establecido en el Item 2 del Artículo II y en el
Artículo III del Convenio Interamericano de Sanidad Animal, firmado
en Rio de Janeiro el 18 de julio de 1967.

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

Las autoridades de Salud Animal de ambos países establecerán un Pro-
tocolo por medio del cual serán fijadas las condiciones sanitario-vete-
rinarias para la importación y exportación de animales vivos y de pro-
ductos de origen animal, originarios y procedentes del territorio de
una de las Partes Contratantes y destinados al territorio de la otra
Parte.

ARTICULO II

Las Partes Contratantes se comprometen a ofrecer las garantías y cum-
plir los requisitos zoonosanitarios establecidos por las autoridades cen-
trales de Sanidad Animal de cada país para la importación de animales
y productos de origen animal de acuerdo con las condiciones estipuladas
en el Protocolo acordado.

ARTICULO III

1. Los servicios de Sanidad Animal de ambos países intercambiarán men-
sualmente boletines zoonosanitarios con datos estadísticos sobre las
enfermedades infecto-contagiosas y parasitarias de los animales,
registradas en la lista a) y b) de la Oficina Internacional de Epi-
zootias - OIE.

2. Se comprometen, también, a comunicar inmediatamente, por vía telegráfica o similar, la eventual aparición, en las áreas de exportación, de cualquier foco de una nueva enfermedad registrada en la lista a), detallando con exactitud la localización geográfica, los datos epizootiológicos o de difusión como también las medidas adoptadas para su erradicación o control, incluyendo las medidas referentes a la exportación.

ARTICULO IV

La Parte brasileña designa como entidad ejecutora del presente Acuerdo al Ministerio de Agricultura, por intermedio de la Secretaría de Defensa Sanitaria Animal y de la Secretaría de Inspección de Producción Animal y la Parte colombiana designa, con la misma finalidad, al Ministerio de Agricultura, por intermedio de la Dirección Nacional de Ganadería y de la Dirección de Sanidad Animal del Instituto Colombiano Agropecuario.

ARTICULO V

Las autoridades centrales de Sanidad Animal de las dos Partes Contratantes se entenderán directamente sobre asuntos relacionados con la ejecución del presente Acuerdo y con la eventual modificación del Protocolo mencionado en el Artículo I, anterior.

ARTICULO VI

Las Partes Contratantes se comprometen a suspender inmediatamente las exportaciones de animales y sus productos derivados, en el caso de identificación de una nueva enfermedad en el territorio del país exportador que pueda extenderse al país importador, restringiéndose tal suspensión a las especies animales y sus productos derivados que puedan transmitir la enfermedad considerada.

ARTICULO VII

Para facilitar la aplicación del presente Acuerdo, se creará una Comisión Mixta formada por un representante de cada una de las entidades ejecutoras indicadas en el Artículo IV, nombrados por los respectivos Ministerios de Agricultura, la cual tendrá las siguientes funciones:

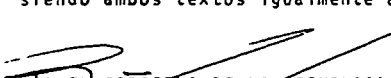
- a) Seguir el desarrollo y la aplicación del presente Acuerdo y proponer a los respectivos Gobiernos las medidas que deban ser tomadas para obtener mayor eficacia de las disposiciones del mismo;

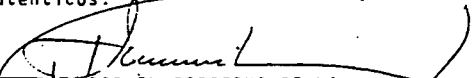
- b) presentar, para aprobación de ambos Gobiernos, las proposiciones de modificación relativas al presente Acuerdo;
- c) buscar soluciones a las situaciones de tipo legal que surjan en la interpretación del presente Acuerdo;
- d) Someter a los respectivos Gobiernos las propuestas de cooperación sobre temas relacionados con el presente Acuerdo, resultantes de criterios emanados de organismos internacionales reconocidos como competentes por los Gobiernos de ambos países.

ARTICULO VIII

1. Cada Parte Contratante notificará a la Otra sobre el cumplimiento de las respectivas formalidades legales internas para la entrada en vigor del presente Acuerdo, el cual pasará a tener validez después de recibida la segunda notificación.
2. El presente Acuerdo tendrá una duración de 5 (cinco) años, prorrogables sucesivamente por iguales períodos, a menos que una de las Partes Contratantes comunique a la Otra, por escrito y por vía diplomática, con una antelación de 6 (seis) meses, su intención de darlo por terminado.
3. La terminación del Acuerdo no perjudicará los programas y proyectos en ejecución y que fueron acordados durante el período de vigencia, a menos que las Partes convinieran lo contrario.

Celebrado en Bogotá, a los nueve (9) días del mes de Febrero de mil novecientos ochenta y ocho (1988), en dos ejemplares en español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.


POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL


POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DE COLOMBIA

ROBERTO DE ABREU SODRE
Ministro de Relaciones Exteriores

JULIO LONDOÑO PAREDES
Ministro de Relaciones Exteriores

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF COLOMBIA ON ANIMAL HEALTH FOR THE EXCHANGE OF ANIMALS AND ANIMAL PRODUCTS

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Colombia (hereinafter referred to as "the Contracting Parties"),

Considering the provisions of article II, paragraph 2, and article III of the Inter-American Agreement on Animal Health, signed at Rio de Janeiro on 18 July 1967,

Have agreed as follows:

Article I

The animal health authorities of the two countries shall draft a Protocol stipulating the zoosanitary conditions for importing and exporting live animals and animal products originating in and proceeding from the territory of one Contracting Party and destined for export to the territory of the other.

Article II

The Contracting Parties undertake to provide the guarantees and to comply with the zoosanitary requirements established by the central animal health authorities of each country for importing animals and animal products, in accordance with the conditions laid down in the Protocol to be concluded.

Article III

1. The animal health services of the two countries shall exchange monthly zoosanitary bulletins containing statistics on contagious infections and parasitic animal diseases included in lists A and B of the International Office of Epizootics (OIE).

2. They further undertake to report immediately, by telegram or similar means, the possible occurrence in export areas of any new outbreak of a disease indicated in list A, specifying its exact geographical location, epizootiological details or details regarding its transmission, and measures taken for its eradication or control, including measures relating to exports.

Article IV

As executing agencies of this Agreement, Brazil designates the Ministry of Agriculture, through the Secretariat for Animal Health Protection and the Secretariat for Animal Production Inspection, and Colombia designates the Ministry of Agriculture, through the

National Department of Livestock and the Animal Health Department of the Colombian Agricultural Institute.

Article V

The central animal health authorities of the Contracting Parties shall collaborate directly in matters relating to the implementation of this Agreement and to consideration of possible amendments to the Protocol referred to in article 1 above.

Article VI

The Contracting Parties undertake to suspend immediately exports of animals and animal products in the event of the discovery of an outbreak in the territory of the exporting country of a disease which could spread to the importing country. This shall be limited to the suspension of animal species or products which might transmit the disease in question.

Article VII

In order to facilitate the implementation of this Agreement, a Joint Commission shall be formed and shall be composed of a representative of each of the executing agencies indicated in article IV, appointed by the respective Ministries of Agriculture. It shall have the following functions:

- (a) To monitor the progress made in implementing this Agreement and to propose to the respective Governments measures for achieving greater effectiveness of its provisions;
- (b) To submit, for the approval of the two Governments, proposals regarding amendments to this Agreement;
- (c) To seek solutions to disputes relating to the interpretation of this Agreement;
- (d) To submit to the respective Governments proposals for cooperation in matters relating to this Agreement, based on views expressed by international organizations deemed competent by the Governments of the two countries.

Article VIII

1. This Agreement shall enter into force once both Contracting Parties have notified each other that they have complied with their internal legal requirements for its entry into force.
2. The Agreement shall remain in force for five years and shall be renewed for successive five-year periods unless one of the Contracting Parties informs the other in writing six months in advance, through the diplomatic channel, of its intention to terminate it.
3. Termination of this Agreement shall not affect ongoing programmes and projects concluded while it was in force, unless the Parties agree otherwise.

Done at Bogotá, on 9 February 1988, in two copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

**ROBERTO DE ABREU SODRÉ
Ministry of External Relations**

For the Government of the Republic of Colombia:

**JULIO LONDONO PAREDES
Minister of External Relations**

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE DE COLOMBIE RELATIF À LA SÉCURITÉ
ZOOSANITAIRE POUR LES ÉCHANGES COMMERCIAUX
D'ANIMAUX ET DE PRODUITS D'ORIGINE ANIMALE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Colombie (ci-après dénommés les "Parties contractantes"),

Considérant les dispositions qui figurent au paragraphe 2 de l'article II et à l'article III de l'Accord interaméricain relatif à la santé animale, signé à Rio de Janeiro le 18 juillet 1967,

Conviennent comme suit :

Article premier

Les autorités zoosanitaires des deux pays élaboreront un protocole fixant les conditions de contrôle vétérinaire applicables aux importations et aux exportations d'animaux vivants et de produits d'origine animale en provenance du territoire de l'une des Parties contractantes et à destination du territoire de l'autre.

Article II

Les Parties contractantes s'engagent à accorder les garanties et à remplir les formalités de contrôle vétérinaire exigées par les autorités zoosanitaires centrales de chaque pays pour l'importation et l'exportation d'animaux et de produits d'origine animale en conformité avec les conditions énoncées dans le Protocole convenu.

Article III

1. Les services de contrôle zoosanitaire des deux pays échangent chaque mois des bulletins vétérinaires contenant des données statistiques relatives aux maladies infectieuses et contagieuses et aux parasitoses des animaux figurant aux listes A et B du Bureau international des épizooties (BIE).

2. Ces services s'engagent en outre à s'avertir immédiatement, par la voie télégraphique ou par un moyen analogue, de l'apparition éventuelle dans les zones d'exportation de tout foyer d'une nouvelle maladie inscrite à la liste A en précisant l'emplacement géographique exact du foyer et en fournissant des données épizootiques détaillées ainsi que des renseignements concernant la propagation de l'épizootic et les mesures prises en matière d'éradication ou de lutte, y compris celles concernant l'exportation.

Article IV

Les organes d'exécution du présent Accord sont : pour la Partie brésilienne, le Ministère de l'agriculture, par l'intermédiaire du Secrétariat à la sécurité zoosanitaire et du Secrétariat au contrôle des produits d'origine animale; et, pour la Partie colombienne, le Ministère de l'agriculture, par l'intermédiaire de la Direction nationale de l'élevage et de la Direction de l'hygiène vétérinaire de l'Institut colombien de l'agriculture et de l'élevage.

Article V

Les autorités zoosanitaires centrales des deux Parties contractantes règlent directement toutes les questions liées à l'exécution du présent Accord ou à la modification du Protocole dont il est question à l'article premier ci-dessus.

Article VI

Les Parties contractantes s'engagent à suspendre immédiatement les exportations d'animaux et de produits d'origine animale au cas où serait observée dans le pays exportateur une nouvelle maladie qui risquerait de se propager dans le pays importateur, cette mesure suspensive étant limitée aux espèces animales et aux produits d'origine animale pouvant servir de vecteur à la maladie considérée.

Article VII

Afin de faciliter l'application du présent Accord, il est créé une Commission mixte formée d'un représentant de chacun des organes d'exécution dont il est question à l'article IV, nommé par le Ministère de l'agriculture de chacune des Parties contractantes, chargée des fonctions suivantes :

- a) Accompagner la mise en oeuvre et l'application du présent Accord et proposer au Gouvernement de chacune des Parties contractantes les mesures à prendre afin d'obtenir la plus grande efficacité de ses dispositions;
- b) Soumettre à l'approbation des deux Gouvernements les propositions de modification relatives au présent Accord;
- c) Chercher à résoudre toute question litigieuse liée à l'interprétation du présent Accord;
- d) Soumettre à chacun des deux Gouvernements, au sujet de questions relatives au présent Accord, des propositions de coopération s'inspirant des travaux des organismes internationaux reconnus comme compétents par les Gouvernements des deux pays.

Article VIII

1. Chacune des Parties contractantes notifie à l'autre l'accomplissement des formalités juridiques internes nécessaires à l'entrée en vigueur du présent Accord, lequel déploie ces effets après réception de la deuxième notification.

2. Le présent Accord, conclu pour cinq ans, est renouvelable par tacite reconduction pour des périodes successives d'égale durée, à moins que l'une ou l'autre des Parties contractantes n'adresse à l'autre, par la voie diplomatique, une notification écrite annonçant, avec un préavis de six mois, son intention de le dénoncer.

3. À moins que les Parties contractantes n'en conviennent autrement, la dénonciation du présent Accord ne porte pas atteinte aux programmes et projets en cours d'exécution qui ont été adoptés pendant sa période de validité.

Fait à Bogota le 9 février 1988, en deux exemplaires, en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pour le Gouvernement de la République de Colombie :

JULIO LONDONO PAREDES